

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL

Esta Análise de Conjuntura foi escrita a partir da exposição e debate da Mesa Sobre a Conjuntura e o PL 257/2016, realizado no X Encontro Regional Planalto do ANDES-Sindicato Nacional – Preparatório ao ENE (Encontro Nacional de Educação) – Em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores (oras) na Construção de um Projeto Classista e Democrático de Educação em Tempos de Crise, realizado em Jataí, Goiás, de 06 a 07/05 de 2017 e do afastamento da presidente Dilma Rousseff efetivado pelo Senado em 12/05/2016.

Participaram da Mesa de Conjuntura os seguintes Professores: Paulo Henrique Costa Mattos (UNIRG); Alexandre Aguiar (UFG/Presidente da Regional Planalto ANDES/SN); Eptácio Macário (2ºVice Presidente Nacional do ANDES S/N) e Carlos Augusto Diniz (Mediador (UFG/ADCAJ)

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA: O SEGREDO DA ESFINGE – DECIFRA-ME OU TE DEVORO

América Latina:

Na América Latina a partir do final dos anos da década de 1990 e início do novo milênio as políticas explicitamente neoliberais pareciam que tinham entrado numa crise de hegemonia com a ascensão de partidos de esquerda chegando a diversos governos e interrompendo a sangria das privatizações de empresas estatais, implantaram programas de combate a inflação, de distribuição de renda, ampliação do protagonismo das massas populares e projetos alternativos de governos. Como exemplos desses governos podemos citar:

- **Hugo Chávez/Maduro na Venezuela** (1998-2016) → forte intervenção estatal, combate à política imperialista norte-americana, programas de distribuição, de renda, ampla politização das massas com PSUV ;
- **Nestor e Cristina Kirchner na Argentina** (2002 – 2015) → implantação de governos com forte regulação dos meios de comunicação, investimentos estatais, indução do mercado interno, alinhamento com o Mercosul, crescimento do Produto Interno Bruto já a partir de 2003, registrando um crescimento de 8,8%, revertendo uma queda de mais de 10% no ano anterior. Os sucessivos governos da família Kirchner conseguiram realizar a distribuição de renda e diminuição da miséria e da pobreza de amplos setores da Argentina, porém enfrentaram forte oposição interna e acusações de enriquecimento ilícito, corrupção, fraudes em licitações de obras públicas,
- **Evo Morales** (eleito em 2005) → programa de estatização do gás e hidrocarbonetos; ampla politização das massas;
- **Rafael Correa no Equador** (eleito em 2006)→ Vem implementando a chamada Revolução Cidadã por conta das amplas reformas políticas e sociais que vem promovendo. Na visão de analistas, os dois governos de Correa significaram uma aproximação de uma forma de Socialismo no Equador. Todavia sua política contra os organismos internacionais e auditoria da dívida pública (que resultou em 70% de cancelamento), gerou contra ele uma feroz oposição e problemas internos que já o levaram
- **Luís Inácio Lula da Silva/Dilma Rousseff** (2002-2016) → implantação de um projeto político para o Brasil, que embora mantendo as diretrizes macroeconômicas neoliberais, assegurava algumas políticas compensatórias (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Expansão das políticas de assistência: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, política para pessoas em situação de rua, políticas voltadas para as mulheres, programas de moradias populares, políticas de qualificação dos assentamentos rurais: crédito facilitado, incentivo à agricultura familiar, política de valorização do salário mínimo (inflação + crescimento do PIB), política de formalização das ocupações, expansão do ensino técnico, tecnológico e superior: 1º) condições

institucionais para os negócios na área; 2º) financiamento dos investimentos pelo FIES e Pronui; 3º) expansão/interiorização de universidades e institutos federais;

Esses governos diferentemente dos governos neoliberais anteriores conseguiram no decorrer da primeira década do século XXI implantar ações políticas e econômicas relativamente diferenciadoras e que propiciaram amplo processo de cooptação de importantes setores do movimento sindical, grande parte da intelectualidade militante que havia lutado contra o neoliberalismo nos anos de 1990. Nesse sentido, a primeira década de trajetória desses governos resultou na redução da miséria, aumento de políticas de inclusão social, do Produto Interno Bruto e de políticas compensatórias.

Todos esses governos foram reeleitos ou conseguiram fazer seus sucessores. Todavia problemas econômicos, frequentemente somados a casos de corrupção, enriquecimento ilícito e desvios morais e éticos levaram todos eles a uma curva descendente. Atualmente a maioria das nações latino-americanas enfrenta crises de cunho político-econômico. E, em 2014, a América Latina registrou a menor taxa de crescimento dos últimos cinco anos, conforme avaliação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

Apesar de haver uma clara influência da crise econômica capitalista iniciada em 2008 nos Estados Unidos, que posteriormente atingiu a Europa, a verdade é que os problemas políticos, econômicos e administrativos internos dos países latino-americanos geraram um grosso caldo de descontentamento popular e favoreceu um discurso direitista de que a recessão econômica, a inflação, a carga tributária absurda, a má qualidade dos serviços públicos, o recorde de arrecadação com desajuste fiscal e em alguns casos o déficit primário, foram apenas resultados da incompetência administrativa da esquerda,

Somado a tudo isso ainda houve uma crescente onda de escândalo de corrupção, quase sempre envolvendo fortes indícios de envolvimento da cúpula dos partidos governistas e seus aliados. Dessa forma por mais disposição de lutas que tenha a maioria da população dos países latino-americanos os equívocos políticos, econômicos e morais cometidos por seus governos abriu espaço para uma ofensiva do imperialismo norte-americano, que a todo custo quer minar os governos progressistas latino-americanos e sua aproximação com outros polos anti-hegemônicos (China, Rússia, Índia, Irã, etc), levando o Departamento de Estado americano a rearticular as diretrizes do chamado Consenso de Washington para a América Latina.

Dessa forma estamos assistindo mais uma vez o fortalecimento das práticas neoliberais no continente, levando o grande capital e a burguesia insatisfeita a uma ampla ofensiva para derrotar os governos que ainda tinham vernizes populares e de esquerda com apoio dos setores populares.

Brasil:

No Brasil foram os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, com seu 1º mandato (1994-1997) e 2º mandato (1998-2002), que efetivamente implantaram a política Neoliberal no país. A partir principalmente desses governos assistimos o Brasil investir maciçamente no setores agromineral, financeiro, reforçando sua condição de país agrário exportador, produtor primário, de commodities, como soja, gado, ferro e outros minérios, enquanto as exportações de material manufaturas declinaram, principalmente porque a ascensão das taxas de juro, como exigido pelo FMI, o Banco Mundial e o mercado especulativo imobiliário elevaram os custos da produção industrial.

O neoliberalismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso implementou em seus dois mandatos um vigoroso processo de reformas estruturais e estabilização econômica, onde a pauta principal foi a privatização de várias estatais brasileiras, como a Companhia Vale do Rio Doce (empresa do setor de mineração e siderurgia), a Telebrás (empresa de telecomunicações), do Banespa (banco pertencente ao governo do estado de São Paulo), Usiminas e da Embraer.

Ao final do seu segundo mandato (2002) a privatização do presidente Fernando Henrique já havia privatizado mais de 70 empresas públicas onde a compra das empresas estatais ocorreu, sobretudo, por grupos estrangeiros, que fizeram aquisição das ações ou compraram grande parte dessas e assim, tornando-se sócios majoritários.

Ao final do seu segundo mandato (2002), o presidente FHC conseguiu controlar a inflação brasileira, entretanto, durante os seus oito anos de governo a distribuição de renda no Brasil continuou desigual, a renda

dos 20% da população rica continuou cerca de 30 vezes maior que a dos 20% da população mais pobre e o salário mínimo equivalia a US\$ 60,00 dólares.

Ao longo dos dois mandatos presidenciais de FHC, a economia brasileira-se manteve estável, em consequência do controle da inflação com o Plano Real, que conseguiu manter uma taxa de inflação média anual, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na ordem de 9,71% no primeiro mandato e 8,77% no segundo. Todavia o Brasil ficou em excessiva dependência das diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da entrada maciça de investimentos externos na área produtiva, sendo essa entrada de dólares uma das âncoras do plano real.

Foi assim que somente na área da indústria automobilística, instalaram-se no Brasil nada menos que onze marcas (Peugeot, Renault, Citroën, Audi, Mitsubishi, Nissan, Land Rover, Toyota, Honda, Mercedes-Benz automóveis, Dodge, Chrysler). Mas além das multinacionais de automóveis também instalaram-se montadoras de motocicletas, a exemplo da Kasinski e Sundown. Todas elas contando inclusive com políticas de apoio fiscal e algumas inclusive com garantias de infra-estrutura, terrenos, renúncia de impostos e outros incentivos, como foi o caso da instalação da fábrica da Ford na Bahia.

Dessa maneira a produção de veículos no país cresceu expressivamente ultrapassando a marca de 2 milhões/ano com investimentos que só não foram maiores porque o governo FHC teve que enfrentar diversas crises mundiais, a exemplo da crise do México em 1995, da crise asiática em 1997-98, da crise russa em 1998-99 e, em 2001, da crise argentina. FHC também enfrentou internamente uma crise econômica em 1999, quando houve uma forte desvalorização do real, depois de o Banco Central abandonar o regime de câmbio fixo e passar a operar em regime de câmbio flutuante.

Sob o governo neoliberal de FHC a dívida pública do Brasil, que estava na faixa de US\$ 60 bilhões em julho de 1994, saltou para US\$ 245 bilhões em novembro de 2002, principalmente devido as altas taxas de juros e pela absorção das dívidas dos estados da federação com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com as privatizações de empresas estatais conseguiu gerar para o Tesouro Nacional uma receita de US\$ 78,61 bilhões, sendo 95% em moeda corrente).

O que chama mais atenção nos oito anos de implementação do neoliberalismo sob os governos de FHC foi a implantação na economia brasileira das diretrizes do chamado Consenso de Washington, forma como ficou conhecida uma série de recomendações do FMI/Banco Mundial visando as reformas econômicas e comerciais e ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

Essas diretrizes em linhas gerais, não preconizava nenhuma medida “inédita” para os países da América Latina, pois o seu “receituário econômico”, já vinham sendo proclamados pelos governos dos países desenvolvidos, principalmente EUA e Reino Unido, desde as décadas de 1970 e 1980, quando o neoliberalismo começou a avançar pelo mundo. Todavia a novidade consistia no fato de que instituições como o FMI e o Banco Mundial passaram a colocar as diretrizes neoliberais do chamado Consenso de Washington como um pré-requisito necessário para a concessão de novos empréstimos e cooperação econômica.

Foi assim, que a partir do final da década de 1980 as recomendações do Consenso de Washington para a América Latina passaram a girar em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado, controle fiscal macroeconômico e recomendação da inserção internacional dos países feita a partir da revalorização da agricultura de exportação, num claro estímulo de volta à condição dos países em meros exportadores de produtos primários.

Para assegurar a implementação dessas premissas básicas colocadas, podemos destacar as seguintes políticas macroeconômicas aplicadas:

- a) Disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários;
- b) Reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos;

- c) Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores;
- d) Abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro;
- e) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

O mais curioso, para não dizer bizarro, é que esse receituário implementado em toda a América Latina passou a fazer parte do discurso e da ação das elites dos países periféricos do capitalismo como se fosse uma formulação própria e não um processo de cooptação intelectual. Foi assim que as reformas liberalizantes recomendadas pelo Consenso de Washington e Banco Mundial foram completamente avalizadas pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), numa clara demonstração de cooptação e servilismo ao imperialismo norte americano.

Em agosto de 1990 a FIESP chegou a publicar um documento intitulado: “Livre Para Crescer – Proposta da FIESP para um Brasil Moderno”, no qual a FIESP sugere a adoção da agenda neoliberal virtualmente idêntica a consolidada em Washington.

Apesar das recomendações do Consenso de Washington não terem sido implementadas de imediato, o Brasil sob o governo de FHC foi um dos que mais rapidamente as aplicou, em um processo que conheceu o seu ápice a partir de meados da década de 1990. Sendo por isso mesmo a principal ação do governo FHC a implantação de uma vigorosa política de privatizações, em que empresas estatais dos ramos de energia, telecomunicações, da mineração e outros foram transferidas para a iniciativa privada.

Depois de oito anos de neoliberalismo do PSDB com o presidente FHC, que implementou uma ampla reforma do Estado brasileiro, com a privatização de empresas estatais, a criação das agências regulatórias e a mudança da legislação que rege o funcionalismo público, finalmente Luiz Inácio Lula da Silva, após sua quarta tentativa, chegou a presidência da República, dando início a um longo período de governos petistas, que iniciou-se com a posse de Lula em 1 de janeiro de 2003, após derrotar o candidato do PSDB José Serra, com 61,27% dos votos válidos, em segundo turno e termina com o afastamento da presidente Dilma Rousseff em 12/05/2016.

Os Governos Neodesenvolvimentistas do PT (2003-2016)

Os treze anos dos governos do PT conseguiram atrair e apaziguar frações centrais importantes do capital, principalmente dos setores que mais necessitavam da intervenção do Estado brasileiro, frações importantes do capital financeiro, mantendo o pagamento da dívida pública, os juros altos, o superávit primário, bem como realizando a cooptação de setores expressivos e importantes do movimento sindical e social, como a CUT, por exemplo, sem contar uma grande quantidade de intelectuais, setores populares e da classe média.

Enquanto houve recuperação do poder de compra do salário mínimo, controle da inflação, baixo desemprego, controle do preço da energia elétrica e dos combustíveis os setores populares e da classe média se endividou, comprando automóveis, motos, eletrodomésticos e outros produtos num processo consumista até então inédito no país. Isso de uma certa forma contribuiu para iludir e despolitizar inúmeros segmentos do próprio movimento sindical e organizativo dos trabalhadores.

Os governos de Lula conseguiram implementar uma Reforma da Previdência, que embora retirasse direitos dos trabalhadores brasileiros foi vendida para a população como uma solução necessária para evitar que o sistema previdenciário entrasse em crise. Dessa forma também a partir de Lula foi construído governos com partidos políticos com relativa inserção social, a exemplo do PMDB, PSB, PCdoB.

Os governos do PT apesar de não poderem ser caracterizados como neoliberais implantaram um projeto neodesenvolvimentista incapaz de romper totalmente com as políticas neoliberais também levando ao

declínio relativo da produção industrial nacional, ampliando a dependência do país nas exportações de commodities, que foi ajudada e compensada pela entrada maciça e a penetração de grandes corporações multinacionais e de fluxos de financeiros comandado por bancos estrangeiros que tornaram a força condutora do crescimento extrativo e da morte industrial no Brasil.

A chegada do PT ao governo, em 2002, aprofundou e expandiu o "grande retrocesso" promovido pelos seus antecessores neoliberais. Ao contrário da expectativa de que esse partido faria um governo democrático e popular houve um aprofundamento das políticas de mercado livre que só aprofundaram o recuo da economia brasileira, fazendo com que o capital financeiro dominasse o país, “como nunca antes na história do Brasil”, gerando um processo crescente de financeirização do capital produtivo no Brasil, aprofundando o movimento de reprimarização da economia, gerando a conciliação de classe, a destruição do Programa histórico do PT e o seu envolvimento com as práticas políticas nefastas, corruptas e danosas para a classe trabalhadora brasileira.

Apesar dos governos do PT terem implementado algumas políticas compensatórias como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, ter ampliado a política de créditos para o consumo interno de amplos setores da população brasileira, ter propiciado uma certa recuperação do salário mínimo, no geral continuaram aprofundando a dependência externa do Brasil, perpetuando a posição periférica de país capitalista dependente e com grandes vulnerabilidades sociais, fazendo com que apesar do Brasil ser a 8ª economia do mundo também ser o 85º nos termos do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e continuar ladeada abaixo com um violento processo de desindustrialização e perda de seu patrimônio nacional para grandes grupos capitalistas monopolistas, que estão adquirindo as principais empresas brasileiras a preços muito baixos devido a sobrevalorização do dólar.

Os governos de Lula e Dilma além de representar um amplo processo de conciliação de classe permitiram dentre outras coisas nefastas que a política pública de reforma agrária deixasse de ser uma política de desenvolvimento, transformando-se numa política de assistência social o que permitiu a ampliação do poder do agronegócio, do processo de reprimarização da economia, da ampliação da exportação de commodities agrícolas e minerais, da desindustrialização, do reforço da dependência externa e de uma das piores crises econômicas da história do Brasil, gerada inclusive pela alta dependência das exportações agrícolas, que ao enfrentar uma vertiginosa queda nos preços das commodities, também contribuiu para aprofundar o esgotamento das políticas compensatórias e o aumento do poder da bancada BBB do Congresso (Boi, Bala e Bíblia), que juntas trabalharam decididamente para derrotar o governo do PT.

A partir de 2012 o governo do PT começou a enfrentar um processo de esgotamento das políticas compensatórias e do realinhamento político da política norte americana para a América Latina, que a partir de 2012 começou a implementar uma política externa marcada por uma ofensiva para desestabilizar quaisquer governos da América Latina que por ventura fossem centristas ou supostamente de esquerda e populares. Foi assim que os norte-americanos financiaram o golpe em Honduras, a derrubada de Fernando Lugo no Paraguai, de Miguel Zelar em Honduras, o fortalecimento das organizações de direita na Venezuela, com vistas a derrubar o presidente Maduro, Evo Morales na Bolívia, Cristina Kirchner na Argentina e Dilma Rousseff no Brasil.

O Brasil vive atualmente uma crise econômica de graves proporções e que infelizmente irá durar bem mais do que tem prometido as autoridades políticas do país. Essa crise tem um componente ligado a crise global do capitalismo, mas é também o resultado da instalação das políticas neodesenvolvimentistas que começaram a ser instaladas no Governo do presidente Luís Inácio da Silva e do neoliberalismo econômico que foi implementado a partir dos anos noventa e que teve um impacto devastador sobre setores estratégicos da economia nacional: a privatização generalizada de empresas públicas, estradas, aeroportos, portos, telefonia, bancos públicos, exploração de petróleo.

A ofensiva internacional contra os interesses nacionais de governos latino-americanos foi também facilitada pela incompetência administrativa de muito desses governos, que mesmos marcados por conciliações de classe, controle das entidades dos trabalhadores, políticas sociais tímidas e renuncia a

qualquer perspectiva revolucionária, ainda assim representava para a burguesia internacional um impedimento de aprofundamento da exploração capitalista e dos interesses imperialistas norte-americanos.

O Impeachment da Presidente Dilma e a Nova Onda Conservadora e Neoliberal Na América Latina

Por mais que o governo do PT tenha sido um governo marcado por ajustes fiscais, conciliação de classe, pela corrupção e graves desvios administrativos e uma política econômica distante dos reais interesses dos trabalhadores brasileiros é inegável que ele sofreu um golpe, sendo afastado por um processo de impeachment sem crime e uma ação contra a própria democracia burguesa. Assim ficou patente que primeiro os setores de oposição ao governo de Dilma Rousseff primeiro decidiram dar o golpe e depois decidiram encontrar os pretextos, mesmo que esses fossem articulados por notórios corruptos e bandidos do colarinho branco.

Foi assim que de um lado estava o deputado Eduardo Cunha e outros deputados federais por ele capitaneado e de outro, a Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, que juntos articularam a derrubada da presidente encontrando uma base legal frágil, mas suficiente para romper com o Estado democrático de direito, que deveria respeitar o resultado da vontade das urnas eleitorais de 2014.

Nesse sentido, o impeachment da presidente Dilma é apenas o início de uma ofensiva conservadora que expressa uma concepção de Estado que é o oposto da concepção que historicamente defendida pelo próprio PT e as entidades sindicais e dos movimentos sociais brasileiros. Foi assim que o processo de impeachment foi aplicado combinado com 55 projetos de lei que estão na Câmara e no Senado, de um lado, destruindo as conquistas contidas na Constituição de 88 e de outro, rasgando a Consolidação das Leis Trabalhistas e impondo o Estado Mínimo.

O impeachment do governo de Dilma Rousseff (2016), o golpe militar em Honduras (em 2009), que derrubou o presidente Manuel Zelaya, a derrota de Evo Morales no referendo boliviano (2015), que pretendia fazer uma reforma constitucional para que ele se candidatasse em 2019, para o quarto mandato seguido, a derrota de Cristina Kirchner, na Argentina, para o neoliberal Mauricio Macri (2015), o impeachment de Fernando Lugo da presidência do Paraguai (2012), a derrota de Nicolás Maduro nas eleições legislativas da Venezuela (2015), marcam uma mudança de um ciclo político na América Latina, onde setores ditos de esquerda estiveram a frente dos governos.

Depois de anos de relativo crescimento econômico, de inclusão social, melhorias nas condições de vida das populações mais pobres, a crise econômica e política, a intervenção do imperialismo norte-americano, as incompetências administrativas dos governos começaram a cobrar o seu preço. Estamos diante de um cenário de impeachments, golpes, afastamento de presidentes eleitos dentro dos parâmetros da democracia burguesa, mas que ainda assim poderiam representar um certo impedimento do aprofundamento dos interesses capitalistas na região, uma ofensiva ideológica conservadora, com retirada explícita de direitos dos trabalhadores, terceirização, precarização das condições de trabalho, tutela das lutas sociais, ampliação do arrocho salarial e leis que favoreçam o impedimento de “manifestações ideológicas” dos trabalhadores.

Dessa forma, sem sombra de dúvida estamos diante de uma conjuntura política de ascensão fascista, fortalecimento de grupos direitistas, criminalização dos movimentos sociais, processos repressivos e regressivos com o avanço da mercantilização das políticas públicas, intensificação dos ajustes macroeconômicos, manutenção e/ou ampliação do poder dos monopólios econômicos, inclusive dos grupos de comunicação social, amplo processo de manutenção da estrutura da propriedade particular, privatizações, das posturas anti-povo e impedimento que estes façam avançar seus interesses históricos.

A Onda Conservadora no Brasil

A prova mais evidente do avanço das forças políticas conservadoras no Brasil é o exemplo da aprovação das leis estaduais que proíbem as chamadas atividades ideológicas e políticas dentro das escolas. É assim que as Bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia vem apresentando os projetos de leis das Escolas Sem Partidos nos Estados, projetos estes que querem impedir nas escolas públicas a discussão de temas importantes e dos verdadeiros problemas do país. Em Alagoas por exemplo, foi aprovada uma Lei da Mordaza, que em nome da isenção da Escola e da não doutrinação política ideológica dos alunos proíbe-se a discussão de posições políticas, da sexualidade humana e até da diversidade religiosa dentro das escolas.

Dessa forma está mais uma vez reservado a América Latina e ao Brasil um papel de meros produtores de matérias primas, de produtos primários e de impossibilidade de chegar ao desenvolvimento se prosseguirmos no mesmo rumo. Por isso, com Dilma ou sem Dilma, se continuarmos na direção que a conjuntura aponta estaremos condenados ao subdesenvolvimento, ao retrocesso econômico e social e a ser sempre uma promessa nunca realizada de país desenvolvido, justo socialmente e marcado por uma política que possa propiciar a escolha de caminhos políticos autônomos, com justiça, inclusão social e democracia!!

O professor Florestan Fernandes dizia que vivíamos num regime autocrático burguês historicamente voltado para atender os interesses dos de cima, aqueles que dominam a política e a economia brasileira. Nesse sentido, vivemos uma realidade histórica onde tradicionalmente o governo representa os interesses de uma minoria, marcado por uma relação política anti-povo, contrária as políticas sociais de inclusão e conquista da melhoria da qualidade de vida de ampla maioria da sociedade brasileira.

Ao longo da República brasileira tivemos diversos governos que asseguraram a dominação de classe no país e impediram que os trabalhadores e o povo em geral assegurassem seus interesses históricos e conquistasse qualidade de vida, rompendo com a perspectiva de transformar o país num quintal dos interesses imperialistas completamente subordinado aos ditames externos e aos interesses do grande capital, que sistematicamente destrói o papel do Estado nacional e impõe ao país assumir a os interesses das grandes potências econômicas, que exigem maiores liberdades de mercado e restrições trabalhistas.

Esse tipo de política foi sendo viabilizada ao longo do século XX e no início do século XXI através de uma grande mobilidade de capitais externos, tecnologia de multinacionais e quase completa dependência conseguiu gerar um drástico processo de desindustrialização, amplo apoio aos setores exportadores de produtos agrícolas e constituição de uma economia integrada ao mercado mundial, onde cada vez mais é reservado ao país fazer parte de uma divisão internacional do trabalho onde nosso papel seja o de ser meros fornecedores de matérias primas e commodities agrícolas e minerais.

Esse modelo econômico se dá fundamentalmente através da superexploração da força de trabalho e da combinação de diversos mecanismos de exploração que passam pelo trabalho infantil, trabalho sem registro legal, sem garantias de direitos trabalhistas, trabalho escravo, aumento das jornadas de trabalho e outras formas de precarização do trabalho e de medidas legislativas e do poder executivo que expressem o avanço conservador e a radicalização da direita que temos hoje no país.

Apesar de não haver no contexto histórico nenhuma radicalização da esquerda no Brasil e vir acontecendo um crescente processo de isolamento dos setores que não renunciaram a sua perspectiva revolucionária é preciso lembrar que para haver uma esquerda consequente é preciso mesmo sob profundo ataque, isolamento e contexto histórico negativo é preciso primar pela generosidade, pela vontade de mudança social, por um projeto socialista democrático, pelo esclarecimento e negação das práticas burguesas, que condenam o país ao atraso, dependência e subordinação.

Todavia se atualmente há uma crescente onda conservadora e neoliberal no Brasil em grande medida isso é o resultado dos erros políticos dos governos petistas que além de ser governos de conciliação de classe, abriu mão de seu Programa Político histórico, afundando-se no pântano da corrupção, na nefasta política de coalização conservadora, na implementação de muitas das diretrizes do Consenso de Washington, na implementação de medidas privatistas, inclusive aprofundando a privatização pelo modelo “clássico” de venda das estatais ou pela implementação de novas formas de captura do fundo público por empresas privadas, pela universalização das Parcerias Público-Privadas (PPP) e dos contratos com as chamadas Organizações Sociais (OSS) para fornecimento e gestão de serviços e recursos públicos.

Desse modo, os sucessivos governos do PT embora em tese propusessem um projeto alternativo de sociedade e um projeto neodesenvolvimentista que propunha crescimento econômico com distribuição de renda foram se transformando numa proposta de governo baseada no pragmatismo político, mantendo as diretrizes macroeconômicas neoliberais com o tripé macroeconômico (juros altos, superávit primário e câmbio flutuante).

Sob os governos petistas a estrutura da propriedade rural e urbana; o pagamento da dívida pública; os meios de comunicação de massa, a estrutura de poder continuou intocável. A ideia de constituição de governos democráticos e populares foram paulatinamente sendo substituída pela realpolitik, onde nem mesmo a ideia de uma revolução democrática e de aprofundamento dos direitos sociais e das políticas públicas fundamentais foram preservadas. E o que é pior, com apresentação de leis que visam retirar diversas conquistas dos trabalhadores tivemos aberta a porta da regressão social e trabalhista, a exemplo da proposta do PLC 257/2016.

A contradição econômico-política fundamental do governo Dilma foi como manter a estrutura da propriedade e de poder do país e promover crescimento com inclusão e equidade social. Nesse sentido podemos perceber a crise das pilastras centrais do modelo neodesenvolvimentista petista estiveram assentadas nos seguintes aspectos: a) diminuição da capacidade de investimento estatal, b) não manutenção da renúncia fiscal para indústria, c) aumento dos juros básicos: em prol do capital financeiro, d) encolhimento do mercado interno com o desemprego crescente, e) dificuldade de manter o crédito ao produtor e consumidor, com crescente endividamento das famílias, que atingiu patamares elevados e por último f) crise fiscal que implica em não honrar o superávit primário.

Toda essa situação econômica associada ao brusco rebaixamento do preço das commodities, a política de crédito atingindo seu limite, a dificuldade em manter as políticas de compensação social, a revelação dos processos de corrupção na Petrobrás e no governo federal, a manutenção do poder dos monopólios de comunicação no Brasil, levou a uma ruptura no pacto de classe pela governabilidade, que ao se exaurir criaram as condições para o impeachment do governo Dilma Rousseff e a retirada do PT do governo.

O impeachment do governo Dilma Rousseff foi antes de mais nada um ato político, independentemente de qualquer análise de sua culpabilidade ou não, prevaleceu o interesse dos setores políticos conservadores em derrubar o governo do PT e instalar o governo do PMDB em coalização com o PSDB e outros pequenos partidos para rearticular novamente as políticas neoliberais com medidas impopulares de austeridade, nova reforma da previdência e ajuste regressivo nos direitos sociais e trabalhistas e ataque ao serviço público como um todo.

A Crise Econômica e a Agenda Regressiva

O governo Dilma Rousseff, diante da crescente dificuldade de continuar processando seu modelo econômico neodesenvolvimentista elaborou o Projeto de Lei Complementar 257/2016, apresentado pelo Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda como um instrumento viabilizador de negociação das dívidas dos estados e municípios com a União e uma reestruturação dessas dívidas onde os entes federados passarão a ser devedores da União.

Com postura idêntica à do FMI, que impôs severas políticas neoliberais em troca de refinanciamento de dívidas marcadas por indícios de ilegalidades que atende interesses do mercado financeiro, o governo Federal de Dilma ao apresentar o Projeto de Lei Complementar PLP 257/2016, deixou armada uma verdadeira bomba relógio que cairá no colo dos servidores públicos municipais, estaduais e federais.

Nesse sentido, o PLC 257/2016 não é mais uma proposta de negociação das dívidas dos estados e com a União, ele representa uma reestruturação do serviço público no Brasil e um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores e legítima no plano político o avanço das forças conservadoras e reacionárias.

Dentre as medidas proposta no PLC 257/2016 estão:

- ▶ Vedação de criação de novos cargos e empregos em funções que criem dívidas e despesas;
- ▶ Suspensão da admissão e contratação de pessoal para o serviço público, a não ser exclusivamente para reposição de aposentados e os que faleceram, sem aumento da folha e com contratações temporárias;

- ▶ Possibilidade de congelamento de salários públicos e vedação de concessão de aumentos salariais acima de inflação;
- ▶ Redução em pelo menos 10% em cargos de livre provimento;
- ▶ Não concessão de aumento real de despesas de custeio;
- ▶ Vedação de aumentos nominais de salários dos funcionários públicos;
- ▶ Vedação de ampliação de despesas, subsídios ou subvenções para qualquer natureza;
- ▶ Redução em até 30% com gastos de pessoal, indenizações e vantagens com gratificações transitórias;
- ▶ Implementação de Programas de Demissão Voluntária;

Pelo projeto, os estados terão também que instituir a previdência complementar (fundos de pensão) na modalidade “contribuição definida”, ou seja, onde o servidor sabe quanto contribui, mas não sabe quanto vai receber, pois os recursos serão aplicados no mercado financeiro, dominado por grandes bancos e investidores.

O PLP 257/2016 por onde é que se olhe representa um claro retrocesso, que pode prejudicar gravemente os direitos dos trabalhadores em geral e em especial os trabalhadores do serviço público, que perderão inúmeros direitos ou serão mais uma vez iludidos com políticas como o Plano de Desligamento Voluntário (PDV), através do qual os servidores abrem mão de suas carreiras em troca de um pacote de “benefícios” e adiantamentos, experiência de resultados extremamente negativos para muitos funcionários do Banco do Brasil e da Petrobras, em outros momentos da história do país.

Um exemplo evidente dos prejuízos que os trabalhadores terão é por exemplo o fato de que até a Defensoria Pública da União e dos estados terão a redução real de recursos. Portanto, os pobres, que para terem assistência jurídica precisam dos defensores públicos, terão negado o direito ao acompanhamento jurídico. Os policiais militares terão que se aposentar não mais aos 30 anos de serviço, mas agora aos 35 anos; e a contribuição previdenciária passará a 14% para toda a categoria.

Os estados já pagaram várias vezes a mesma dívida, mas, devido à aplicação de juros sobre juros e diversas outras ilegalidades, tais débitos se multiplicaram, mas, o governo federal utiliza o cabresto da dívida pública para, em troca de pequenas concessões, obrigar tais entes federados a cortarem severamente gastos sociais, e ainda desistirem de ações judiciais que questionem tais dívidas.

Nesse sentido, é nítido que o texto do PLP/257 contém medidas que atingirão os trabalhadores do serviço público mas vai também atingir o conjunto dos trabalhadores nas distintas esferas governamentais, ameaçando direitos já conquistados e gerando um forte arrocho salarial e uma maior precarização das condições de trabalho.

O governo de Michel Temer e Seus Aliados

As primeiras notícias que se tem do governo de Michel Temer são de que ele pretende efetivar um choque neoliberal na economia brasileira, com redução drástica do gasto público e do tamanho do Estado, estabelecendo e implementando não só as medidas proposta no PLC 257/2016, de flexibilização das leis trabalhistas, como também mudando a lei de licitações, privatizando “tudo o que for possível”, realizando o fim das despesas obrigatórias com a saúde e desvinculando o salário mínimo aos benefícios sociais.

Quem se iludiu de que haveria menos corrupção, mais competência administrativa e um governo pilotado por técnicos apartidários, e livres dos vícios da era petista, acordou com um governo refém da bancada do BBB (do boi, da bala e da bíblia), que já começaram a apresentar a fatura, exigindo cargos administrativos, ministérios, e mudança nos rumos das políticas públicas do país.

O próprio Temer disse em seu primeiro discurso no posto de presidente interino que apesar de reconhecer que seu governo ter que tratar de temas controversos, a exemplo das reformas trabalhistas e previdenciárias, com o objetivo de dar sustentabilidade à sua administração, implementará medidas de saneamento da máquina pública, eliminação de cargos comissionados, corte de nove ministérios e se possível manter os programas sociais do governo petista, a exemplo do Bolsa Família e do Bolsa Escola.

Na verdade o governo de Michel Temer e seus aliados representa um novo e histórico momento para o país e para a esquerda socialista que mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas, pois abre-se um período de disputa política onde os sindicatos, centrais sindicais, partidos, movimentos sociais deverão se qualificar e voltar lutar de forma decisiva se pretendem abrir um novo

caminho para uma alternativa de esquerda consequente, socialista e democrática, com capacidade de atrair e influenciar setores de massas, e oferecer um canal positivo para os que acreditam em um outro Brasil.

Os governos do PT representaram a negação efetiva da possibilidade de avanço da consciência e luta dos trabalhadores rumo a construção de uma sociedade socialista e abriram um tempo de retrocesso político, econômico e social para o Brasil, onde nos próximos anos teremos governos nitidamente neoliberais, que obrigarão os trabalhadores a resgatarem suas entidades sindicais, a mudarem suas táticas, suas formas organizativas e suas lutas em defesa das políticas públicas, da inclusão social e de um claro projeto de classe capaz de ir além das lutas pontuais e reformistas

Texto Elaborado pelo Professor Paulo Henrique Costa Mattos, 2º Tesoureiro da Diretoria do ANDES, Regional Planalto, em 13/05/2016